

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Maio/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Concurso Público para Provimento de Vagas de Analista do Ministério Público Área de Gestão Pública

Nome do Candidato

Caderno de Prova '02', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Economia Verde implica uso racional dos recursos naturais e inclusão social.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Palavras de amor

Os sentimentos funcionam como picadas de mosquito, que coçamos e recoçamos até que se tornem feridas infectadas e, às vezes, septicemias fatais. Salvo um exercício difícil de autocontrole, qualquer picada pode adquirir uma relevância desmedida. A gente tende a se coçar muito além da conta porque descobre nisso um prazer autônomo.

Por isso mesmo, em geral, não confio nos sentimentos: nem nos meus, nem nos dos outros. Não é que suponho que os humanos mintam quando amam, odeiam, ou se desesperam: nada disso. Apenas verifico que os sentimentos podem ser condições autoinduzidas, transtornos ou desvios produzidos pelos próprios indivíduos que, se não procuram sarna para se coçar (como diz o ditado), no mínimo adoram coçar as sarnas que têm.

Tomemos o exemplo do amor. Eu encontro, conheço ou vislumbro de longe uma pessoa que preenche algumas condições básicas para que eu goste dela. Sussurrando entre quatro paredes ou gritando em praça pública, anotando no meu diário ou escrevendo para grandes editoras, passo a encher o ar ou as páginas com as descrições da beleza inigualável da pessoa amada e com as declarações hiperbólicas do meu sentimento.

Claro, minha prosa ou minha poesia poderão, quem sabe, conquistar o meu objeto de amor, mas esse é um efeito colateral. O efeito mais importante de minhas palavras de amor não é tanto o de seduzir o objeto dos meus sonhos, mas o de eu me apaixonar cada vez mais. Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e à virulência das minhas declarações.

Em linguística chamamos **performativas** aquelas expressões que, ao serem proferidas, constituem o fato do qual elas falam. Exemplo clássico: um chefe de Estado dizendo "Declaro a guerra": essa frase é a própria declaração de guerra. Algo semelhante ocorre com o amor: a gente aprende a amar e a declarar o amor pelas palavras dos escritores, o amor se torna relevante em nossa vida à força de ser idealizado pela literatura. Sim, os tempos mudam, e talvez se afirme hoje, aos poucos, uma retórica nova, menos sentimental, capaz de dar valor literário a uma vida sem amores e paixões.

(Adaptado de CALLIGARIS, Contardo. **Aproveitar a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025, p. 155-157)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *virulência das minhas declarações* (4º parágrafo) = contaminação das confissões minhas.
 - (B) *à força de ser idealizado* (5º parágrafo) = mediante o peso de uma ideologia.
 - (C) *adquirir uma relevância desmedida* (1º parágrafo) = ganhar uma importância desmesurada.
 - (D) *podem ser condições autoinduzidas* (2º parágrafo) = se condicionem automaticamente.
 - (E) *declarações hiperbólicas do meu sentimento* (3º parágrafo) = laudos bizarros do meu afeto.

2. A forma verbal no **plural** é rigorosamente justificável em:
 - (A) Costumam derivar das declarações de amor exagerados o efeito colateral da intensificação real de uma paixão.
 - (B) Atribuem-se à idealização da literatura os hábitos persistentes de uma declaração de amor romântica.
 - (C) A progressão das coceiras em picadas de mosquitos devem-se à nossa própria insistência em coçar.
 - (D) Não nos cabem tratar nossos sentimentos como picadas de mosquitos que tanto estimamos coçarem.
 - (E) Não satisfazem as condições básicas de um amor verdadeiro o talento natural de declará-lo com bom estilo.

3. No que diz respeito à intensidade dos nossos sentimentos, ocorre uma *relevância desmedida* quando
 - (A) eles identificam com exatidão a identidade dos sujeitos que passam a dominar.
 - (B) eles produzem efeitos colaterais que acabam por revelar suas falsas intenções.
 - (C) as palavras que os exprimem passam a corresponder à sua legítima natureza.
 - (D) eles são autoinduzidos a se alçarem a um patamar superior ao que lhes é próprio.
 - (E) nossas paixões mais íntimas afloram para alcançarem um êxtase real e insuperável.

4. Uma declaração de amor será considerada, linguisticamente, **performativa**,
 - (A) se seus efeitos afetivos secundários de súbito se tornarem seus efeitos principais.
 - (B) se seu desempenho estético se mostrar superior à intensidade real desse sentimento.
 - (C) no caso de o sujeito valer-se de um batido expediente verbal como "não tenho palavras".
 - (D) quando a literatura nos inspira para que nossas palavras soem como se fossem de amor.
 - (E) quando uma proposição verbal aciona a realização efetiva da paixão declarada.

5. *Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e à virulência das minhas declarações.* (4º parágrafo)
Uma compreensão adequada do que afirma o período acima está na seguinte formulação:
 - (A) À medida que sustento minha paixão, arrefeço o ardor de minhas declarações.
 - (B) Do meu amor desmedido brotam palavras que não lhe fazem inteira justiça.
 - (C) Meu amor se revela mais intenso quanto mais energizo a forma com que o declaro.
 - (D) Minhas declarações de amor derivam, por vezes, da intensidade do meu sentimento.
 - (E) Mais eu me apaixono, mais eu relativizo a virulência das minhas declarações.



6. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Há incômodos em cuja busca nos lançamos, por mais irracional que isso seja.
- (B) O ato de coçar uma picada de mosquito é uma operação para a qual se inclui algum prazer.
- (C) A tradição literária é um campo retórico em que recorrem os namorados românticos.
- (D) Os sentimentos mais intensos dos quais nos entregamos nem sempre são justificáveis.
- (E) Uma declaração de guerra começa com palavras aonde nelas já se corporifica a violência.

7. *o amor se torna relevante em nossa vida à força de ser idealizado pela literatura.*

Sem prejuízo para o sentido do período acima, a oração sublinhada pode ser substituída por esta:

- (A) idealizando-se pelo confronto literário.
- (B) graças à idealização de sua literatura.
- (C) sendo forçoso que venha a idealizar a literatura.
- (D) por força da literatura por ele idealizado.
- (E) pela determinação da literatura que o idealiza.
8. A expressão "procurar sarna para se coçar" constitui, em linguagem figurada, um sentido equivalente ao da expressão em linguagem denotativa:
- (A) "envolver-se num prazer desconhecido".
- (B) "deixar-se levar pela força do acaso".
- (C) "ir de encontro a um desafio inevitável".
- (D) "atrair para si um incômodo desnecessário".
- (E) "desfrutar de uma circunstância aleatória".

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Um inseto sentimental

A primeira frase da crônica é quase sempre a mais difícil, mas quando as palavras aparecem no papel, a mão que segura a caneta fica mais leve e envereda para um lugar desconhecido...

No entanto, basta surgir um inseto para mudar toda a história: o movimento da mão é interrompido pelo intruso, que voa em círculos e zoa com insistência. Uma picada no pescoço ou no braço pode acabar com a alegria de escrever uma crônica, mesmo sabendo que vou reescrevê-la mais tarde. Deixo a caneta na mesa, pego ao acaso uma revista e tento afugentar o intruso. Não há mais silêncio, já me desconcentrou, apagou a ideia luminosa da crônica que nasceria.

Apago a lâmpada: talvez ele se acalme na penumbra. O voo lento pode ser uma trégua e, pensando bem, o inseto não é tão ameaçador assim. De repente, um voo rápido em espiral, e a três palmos ele se equilibra no ar, helicóptero perfeito. Uns segundos depois, navega na horizontal e se refugia numa caixa de papelão.

Acendo a lâmpada, me aproximo da caixa e vejo meu ex-inimigo no centro de uma fotografia antiga. Repousa no rosto de uma mulher ainda jovem, que sorri para a lente do fotógrafo. Pego com cuidado a foto, saio do quarto e o inseto some na tarde morna. Minha mãe me abraça numa manhã de 1960: nós dois aninhados no banco da praça da Matriz, aonde ela levava seu menino para ver o aviário e conversar com os pássaros. Devo essa lembrança ao inseto estranho e sentimental, que me roubou a ideia de uma crônica, mas me deu outra. Agora, quando já escurece, é pegar a caneta e escrever a primeira frase, quase sempre a mais difícil.

(Adaptado de HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 11-12)

9. A aparição de um inseto teve como consequência, para o cronista,
- (A) o acionamento de um dispositivo de memórias que ele preferia não mais reavivar.
- (B) uma relevância inimaginável, antes de ele poder retomar sua tarefa de escritor.
- (C) a conversão num outro gênero literário da crônica que estava pronto para escrever.
- (D) uma revolta que só fez crescer ao longo do tempo.
- (E) a oportunidade de praticar uma experimentação literária de caráter surrealista.
10. Entre os recursos da elaboração deste texto, pode-se afirmar que
- (A) a afirmação *a caneta fica mais leve e envereda para um lugar desconhecido* (1º parágrafo) constitui uma **personificação**.
- (B) a expressão *Agora (...)* é *pegar a caneta* (4º parágrafo) considera uma providência **hipotética** a ser tomada.
- (C) as expressões *rosto de uma mulher* e *seu menino* acabam por tornar **ambíguas** as identidades dessas personagens.
- (D) na oração *já me desconcentrou* (2º parágrafo) o termo que está subentendido como **sujeito** é "silêncio".
- (E) a hipótese manifesta em *pode ser uma trégua* é logo **contraditada** pela constatação *não é tão ameaçador assim* (3º parágrafo).



11. A supressão da vírgula altera sobremaneira o sentido da frase:
- (A) Com a passagem do tempo, deixei de considerá-lo um inimigo meu.
 - (B) Sempre estimei as crônicas, que nos fazem próximos da poesia do cotidiano.
 - (C) Desde que passei a escrever, dedico boa parte do meu tempo às crônicas.
 - (D) Como que surgindo do nada, um inseto acabou pousando em meu braço.
 - (E) Quando conferi melhor as imagens do retrato, dei com uma foto antiga de minha mãe.
12. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:
- (A) A menos que sobrevenha um sério imprevisto, toda manhã escrevo uma crônica.
 - (B) Deteram-se eles numa rigorosa análise do texto e suprimiram os equívocos.
 - (C) Se o inseto não tivesse intervindo eu não poderia ter escrito esta crônica.
 - (D) O editor não quererá acolher esta crônica se eu não revir os deslizes todos.
 - (E) Um simples inseto não constitui, como se viu, um obstáculo que não se transponha.
13. *A primeira frase da crônica é quase sempre a mais difícil, mas quando as palavras aparecem no papel, a mão que segura a caneta fica mais leve (...).*
- No enunciado acima, o segmento sublinhado tem como equivalência de sentido
- (A) contudo se aparecem as palavras
 - (B) de sorte que as palavras aparecem
 - (C) muito embora apareçam as palavras
 - (D) desde que as palavras aparecem
 - (E) haja vista as palavras aparecerem
14. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase
- (A) Tão logo passou a voar pela sala, o inseto teria revelado imagens que o autor deu como perdidas.
 - (B) Não fosse o inseto sentimental, o cronista terá podido escrever uma bela crônica, mas não esta a que desse forma.
 - (C) Ainda que não houvesse aquele transtorno, haverei de ter dificuldade com o início da crônica.
 - (D) O inseto tornava-se meu ex-inimigo à medida que ia desvendando coisas de que eu já me esquecera.
 - (E) Presume-se que cada escritor venha a encontrar em seu ofício desafios que não lograsse vencer.

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, baseie-se no texto abaixo.

Procurar o quê*

O que a gente procura muito e sempre não é isto nem aquilo. É outra coisa.

Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém o que estou procurando.

Mesmo que quisesse responder, eu não podia. Não sei o que procuro. Deve ser por isso mesmo que procuro.

Me chamam de bobo porque vivo olhando aqui e ali, nos ninhos, nos caramujos, nas panelas, nas folhas de bananeira, nas gretas do muro, nos espaços vazios.

Até agora não encontrei nada. Ou encontrei coisas que não eram a coisa procurada sem saber, e desejada.

Meu irmão diz que não tenho mesmo jeito, porque não sinto o prazer dos outros na água do açude, na comida, na manja, e procuro inventar um prazer que ninguém sentiu ainda.

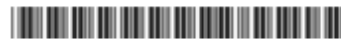
Ele tem experiência de mato e de cidade, sabe explorar os mundos, as horas. Eu tropeço no possível e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível.

Um dia descobro. Vai ser fácil, existente, de pegar na mão e sentir. Não sei o que é. Não imagino forma, cor, tamanho. Nesse dia vou rir de todos.

Ou não. A coisa que me espera, não poderei mostrar a ninguém. Há de ser invisível para todo mundo, menos para mim, que de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder.

* Este poema em prosa é de Carlos Drummond de Andrade, e consta do livro **Esquecer para lembrar**, no qual o poeta se dedica a recordar experiências marcantes de sua infância. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 43.

15. Para o poeta, a ação de procurar
- (A) se apresenta como uma investigação sua voltada a cada dia para um singular objeto.
 - (B) é representada como sua busca permanente de algo tão essencial quanto indeterminado.
 - (C) faz ver que a desesperança de encontrar o que ele busca afrouxa seus movimentos.
 - (D) ocorre com tão precisa determinação que não há incerteza quanto ao sucesso dela.
 - (E) se revela como o movimento efêmero e caprichoso de um jogo sem claro objetivo.



16. Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém

A frase acima conservará seu sentido e sua correção caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por

- (A) Mesmo que me perguntem – conquanto pouco lhes dirá
- (B) Ainda que perguntem – a fim de não lhes dar satisfação
- (C) Caso me perguntem – porquanto a ninguém diz respeito
- (D) Uma vez ao perguntarem – desde que a ninguém lhe compete
- (E) Dado que me perguntem – em vista de não o interessar

17. O menino mantém sua busca em alta intensidade, não acatando as sugestões dos companheiros.

Transpondo a frase acima para a voz passiva, seus verbos assumem as seguintes formas:

- (A) seria mantida – não mais as acataria
- (B) é mantida – não sendo acatadas
- (C) sendo mantida – sem mais as acatar
- (D) tem mantido – não tendo acatado
- (E) estará mantendo – deixando de acatar

18. Na relação que o menino mantém com um irmão e outros observadores de sua conduta,

- (A) fica claro que ele se sente menos aquinhado pelo prazer de viver, quando se compara com seus alegres companheiros.
- (B) parece-lhe natural que os demais meninos se sintam moralmente inferiores a alguém que vive a desafiar os enigmas.
- (C) fica evidente a estranheza que todos sentem por ele se dedicar a uma obsessão que consideram tola e inexplicável.
- (D) ele considera não ver sentido algum nas atividades a que se dedicam todos os seus companheiros de infância.
- (E) ele acredita que apenas seu irmão seja capaz de equiparar o prazer das atividades físicas com o de uma busca obsessiva.

19. No contexto do poema, ao afirmar que *de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder*, o menino deixa claro

- (A) o seu mérito de poder esconder algo que não era afinal seu objeto de busca.
- (B) seu prazer em adiar um compartilhamento que dará tanta satisfação a todos.
- (C) haver por fim encontrado o que buscou, triunfando agora sobre quem o censurara.
- (D) estar conformado com a impossibilidade de reconhecer a forma do que buscava.
- (E) estar certo do mérito da busca incansável e do alto valor do que possa vir a encontrar.

20. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Faltava a todos os locais e cantos pesquisados a surpresa que o menino teria caso desse ali pelo que buscava.
- (B) Há coisas que a ninguém importariam não encontrar, dada a pouca importância que ganham em sua busca.
- (C) A quem poderia espantar buscas tão incompreensivas, senão aos meninos que cultivam os prazeres físicos da infância?
- (D) São nas insistências pessoais que se delinea a personalidade dos meninos obcecados e dos poetas renitentes.
- (E) Juntam-se aos prazeres do menino em sua busca obsessiva a satisfação de uma possível vingança final.

Noções de Legislação

21. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça,

- (A) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
- (B) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
- (C) que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
- (D) que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
- (E) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.



22. Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição a concurso público para provimento de cargo cujas atribuições estejam aptas a exercer, sendo-lhes reservadas até
- (A) 5% das vagas oferecidas, sendo de 60 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da nomeação.
 - (B) 15% das vagas oferecidas, sendo de 60 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da nomeação.
 - (C) 15% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
 - (D) 20% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
 - (E) 5% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

23. Considere as situações dos seguintes servidores públicos estáveis:

- I. Gabriela sofreu limitação em sua capacidade física, verificada em inspeção médico-oficial, e foi investida em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a referida limitação.
- II. Tatiana foi aposentada por invalidez, porém, por terem sido declarados insubsistentes os motivos da sua aposentadoria por junta médica oficial, retornou à atividade.
- III. Lenara foi demitida, contudo, por ter sido a sua demissão invalidada por decisão judicial, ela foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado.

Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), as situações supramencionadas correspondem, respectivamente, a

- (A) readaptação, reintegração e reversão.
- (B) readaptação, reversão e reintegração.
- (C) reintegração, readaptação e reversão.
- (D) reintegração, reversão e readaptação.
- (E) reversão, readaptação e reintegração.

24. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), considere:

- I. É o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.
- II. Compete a ele, como órgão de Administração Superior, dentre outras atribuições, decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.
- III. Compete a ele, dentre outras atribuições, julgar recurso contra decisão condenatória em procedimento administrativo disciplinar.

Os itens I, II e III referem-se, respectivamente, aos seguintes órgãos:

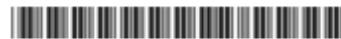
- (A) Corregedoria Geral do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) Conselho Superior do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público.
- (C) Corregedoria Geral do Ministério Público, Conselho Superior do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.
- (D) Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria Geral do Ministério Público.
- (E) Conselho Superior do Ministério Público, Corregedoria Geral do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.

25. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o procedimento de impugnação do vitaliciamento de Promotor de Justiça em estágio probatório será instaurado e processado

- (A) pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões à Corregedoria Geral do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.
- (B) pela Corregedoria Geral do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Colégio de Procuradores de Justiça, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.
- (C) pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Colégio de Procuradores de Justiça, que as confirmará ou não, no prazo de trinta dias a contar do recebimento dos autos.
- (D) pela Corregedoria Geral do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Conselho Superior do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de trinta dias a contar do recebimento dos autos.
- (E) pelo Colégio de Procuradores de Justiça, cabendo recurso das suas decisões ao Conselho Superior do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.

26. No que concerne ao capítulo que trata das promoções e remoções na carreira do Ministério Público, em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996),

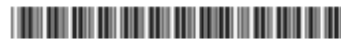
- (A) as remoções dar-se-ão na mesma entrância ou categoria, podendo ser compulsórias, por interesse público e conveniência do serviço, e voluntárias, por antiguidade, merecimento ou permuta.
- (B) o membro do Ministério Público da Comarca cuja entrância for elevada deixará de exercer, ali, as suas funções, mas, quando promovido, ressalvada a conveniência do serviço, nela continuará lotado, se o requerer no prazo de trinta dias.
- (C) é proibida a permuta quando um dos interessados tenha mais de sessenta anos de idade, ou seja, o mais antigo na entrância, ou categoria, que possua mais de vinte e cinco anos de serviço.
- (D) para a permuta e a remoção a pedido exige-se pelo menos três anos de efetivo exercício do cargo, excetuada, quanto à remoção, a hipótese de nenhum dos interessados preencher esse requisito.
- (E) a remoção por permuta depende de pedido conjunto dos pretendentes, só pode ser renovada depois de cinco anos e confere direito a ajuda de custo.



27. Em conformidade com a lei que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002),
- (A) a Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça é órgão de assessoramento do Procurador-Geral, no tocante à superintendência administrativa que a ele compete, e será dirigida por profissional com formação de nível superior, nomeado pelo Conselho Superior do Ministério Público, de livre escolha e designação pelo Governador do Estado.
 - (B) a Assessoria de Gabinete é unidade de assessoramento imediato do Procurador-Geral de Justiça, relativamente às funções do gabinete deste, e compõe-se de dez auxiliares nomeados pelo Conselho Superior do Ministério Público.
 - (C) caberá à Coordenação de Estágios organizar, orientar, dirigir e supervisionar os estágios remunerados ofertados pelo Ministério Público, por período nunca superior a três anos, a universitários matriculados nos três últimos anos do Curso de Direito.
 - (D) à Comissão de Concurso cumpre a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo escolhida pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os Procuradores de Justiça, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na sua composição.
 - (E) o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional é uma unidade de instrução submetida à regulamentação pelo Conselho Superior do Ministério Público, responsável pela realização de cursos de aperfeiçoamento funcional e outras atividades afins, objetivando o aprimoramento profissional e cultural dos membros do Ministério Público, de seus auxiliares e funcionários.
-
28. Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), considere:
- I. A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadro de pessoal às necessidades dos serviços, exceto nos casos de reorganização de órgãos ou entidades.
 - II. Dar-se-á a remoção, a pedido, para outra localidade, independentemente de vaga, para acompanhar cônjuge ou companheiro ou dependente enfermo, condicionada à comprovação, por junta médica, da indispensabilidade da providência.
 - III. É vedada, em qualquer hipótese, a consignação em folha de pagamento de servidor público a favor de terceiros.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
-
29. Bento é servidor público ocupante de cargo efetivo há 1 ano. Considerando somente as informações fornecidas, em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), a exoneração de Bento dar-se-á
- (A) apenas por falta de exaço no exercício de suas atribuições, segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento, e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
 - (B) a pedido dele, ou ainda de ofício, neste caso se resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
 - (C) a juízo da autoridade competente, apenas, e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
 - (D) a juízo da autoridade competente, apenas, e, exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercícios, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
 - (E) a pedido dele, ou ainda de ofício, neste caso se resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo e, exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercícios, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
-
30. Em conformidade com a lei que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002), são órgãos de administração superior
- (A) os Centros de Apoio Operacional, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional, a Comissão de Concurso, a Coordenação de Estágios e as unidades de apoio técnico e administrativo.
 - (B) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
 - (C) o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e as Promotorias de Justiça.
 - (D) as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.
 - (E) o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Administração Pública**

31. No contexto da administração pública, a modelagem de processos é responsável
- (A) por definir um plano de ação, ou seja, onde, quando, como e quanto custa.
 - (B) pelo levantamento do processo como ele realmente é na atualidade, documentando o fluxo de ações.
 - (C) pela análise do modelo criado, para identificar falhas, redundâncias, lacunas, oportunidades de qualificação.
 - (D) pela representação formal, gráfica e detalhada do processo, entendendo que a padronização facilita o entendimento de todos sobre o processo.
 - (E) por avaliar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças durante o processo.
-
32. Dentro da temática de diagnóstico organizacional, aquele que avalia a força de trabalho da organização é identificado como o diagnóstico
- (A) estratégico.
 - (B) de recursos humanos.
 - (C) de *marketing*.
 - (D) de processos.
 - (E) financeiro.
-
33. No contexto da gestão pública contemporânea, o grau de maturidade de processos é utilizado para avaliar o nível de organização, padronização, controle e melhoria contínua dos processos institucionais. A partir desse conceito, no nível
- (A) definido de maturidade, não há padronização dos processos, prevalecendo a autonomia total dos servidores.
 - (B) repetível de maturidade, os processos são automatizados e baseados em inteligência artificial para tomada de decisão estratégica.
 - (C) inicial de maturidade, os processos são totalmente padronizados, mensurados e continuamente aprimorados por indicadores de desempenho.
 - (D) gerenciado de maturidade, os processos são inexistentes, sendo executados de forma improvisada e sem qualquer documentação.
 - (E) otimizado de maturidade, a organização utiliza dados e indicadores para promover melhoria contínua e inovação nos processos.
-
34. No contexto da Gestão da Qualidade aplicada ao setor público, a busca pela excelência nos serviços prestados ao cidadão envolve a adoção de princípios e práticas gerenciais que vão além da simples conformidade com normas, incorporando foco no usuário, melhoria contínua e geração de valor público. A partir desses fundamentos, a
- (A) excelência em serviços públicos pressupõe foco no cidadão, avaliação contínua dos serviços e aprimoramento baseado em indicadores de desempenho e *feedback* dos usuários.
 - (B) melhoria da qualidade no setor público depende exclusivamente da incorporação de tecnologias digitais, sendo dispensáveis mudanças nos processos organizacionais.
 - (C) excelência nos serviços públicos é alcançada prioritariamente pela redução de custos operacionais, independentemente da percepção do cidadão sobre a qualidade do serviço.
 - (D) gestão da qualidade no setor público deve priorizar exclusivamente o cumprimento de normas legais, uma vez que a satisfação do cidadão não é mensurável.
 - (E) adoção de práticas de qualidade é incompatível com o setor público, devido à rigidez burocrática e à ausência de concorrência.
-
35. Dentro do contexto do processo decisório, as decisões programadas são aquelas que se aplicam
- (A) à prática de decisões estratégicas.
 - (B) a questões não usuais.
 - (C) a problemas repetitivos ou recorrentes.
 - (D) a decisões tomadas unilateralmente.
 - (E) buscando equilíbrio entre vantagens e desvantagens.
-
36. O indicador de desempenho e gestão classificado como de resultado, como o *lag indicator*,
- (A) mede resultados futuros.
 - (B) avalia a eficiência do processo.
 - (C) mede resultados passados.
 - (D) avalia eficiência da produção.
 - (E) indica tendências futuras.



37. No contexto da Gestão Organizacional na administração pública, considerando os princípios e as abordagens contemporâneas de governança e gestão por resultados, a
- (A) governança pública dispensa mecanismos de controle interno, desde que haja transparência ativa das informações institucionais.
 - (B) gestão organizacional no setor público é incompatível com práticas do setor privado, devido às diferenças estruturais e finalísticas entre os dois setores.
 - (C) gestão organizacional no setor público deve priorizar exclusivamente o cumprimento de normas e procedimentos, independentemente dos resultados gerados para a sociedade.
 - (D) gestão organizacional eficiente integra planejamento estratégico, gestão de processos e avaliação de desempenho, com foco na geração de valor público.
 - (E) adoção de modelos de gestão por resultados implica o abandono completo dos controles formais e legais, em favor de maior flexibilidade administrativa.
-
38. Considerando abordagens contemporâneas como a Nova Gestão Pública e a governança orientada para resultados, em se tratando da mudança e inovação organizacional na administração pública,
- (A) a inovação organizacional no setor público deve estar alinhada ao interesse público, podendo envolver melhorias em processos, serviços e uso de tecnologias.
 - (B) a inovação no setor público é restrita à adoção de tecnologias digitais, não abrangendo mudanças em cultura organizacional ou processos.
 - (C) os processos de inovação no setor público devem ser evitados, pois podem comprometer a estabilidade institucional e a segurança jurídica.
 - (D) a mudança organizacional na administração pública ocorre de forma espontânea, sendo desnecessário planejamento ou gestão da mudança.
 - (E) a resistência à mudança por parte dos servidores públicos deve ser ignorada, pois não impacta o sucesso das iniciativas inovadoras.
-
39. No âmbito da gestão de contratos administrativos, em relação às atribuições do gestor e do fiscal do contrato,
- (A) tanto o gestor quanto o fiscal do contrato possuem as mesmas atribuições, sendo a distinção apenas formal e sem impacto prático na execução contratual.
 - (B) o fiscal do contrato não possui responsabilidade administrativa por eventuais falhas na execução contratual, sendo essa atribuição exclusiva do gestor.
 - (C) o gestor do contrato é responsável exclusivamente pelo acompanhamento técnico da execução, enquanto o fiscal atua apenas na formalização de aditivos contratuais.
 - (D) o fiscal do contrato pode, de forma discricionária, alterar cláusulas contratuais para melhor adequação ao interesse público, independentemente de termo aditivo.
 - (E) o gestor do contrato deve atuar na coordenação geral da execução contratual, enquanto o fiscal é responsável pelo acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações contratuais no dia a dia.
-
40. No contexto da comunicação na gestão pública,
- (A) a linguagem utilizada na comunicação governamental pode ser excessivamente técnica, ainda que comprometa a compreensão pelo cidadão, pois a precisão jurídica é prioritária.
 - (B) a comunicação pública deve assegurar transparência, acessibilidade e foco no interesse coletivo, vedada a promoção pessoal de agentes públicos.
 - (C) a comunicação institucional deve priorizar a promoção pessoal de autoridades públicas, desde que vinculada a ações governamentais.
 - (D) a publicidade dos atos públicos pode ser restringida sempre que a administração julgar conveniente, independentemente de justificativa legal.
 - (E) a comunicação na gestão pública não precisa observar o princípio da eficiência, pois se trata de atividade acessória à administração.

**Noções de Gestão de Pessoas**

41. A gestão de conflitos, no âmbito da gestão de pessoas, é essencial para o bom funcionamento organizacional. Por isso,
- (A) o gestor público deve sempre impor sua autoridade para resolver conflitos, independentemente da participação dos envolvidos, garantindo rapidez na solução.
 - (B) conflitos organizacionais são exclusivamente de natureza interpessoal, não estando relacionados a fatores estruturais ou organizacionais.
 - (C) a gestão de conflitos deve buscar a eliminação completa de divergências, pois o conflito é sempre prejudicial ao ambiente organizacional.
 - (D) a principal estratégia de gestão de conflitos é ignorar os conflitos, permitindo que se resolvam espontaneamente ao longo do tempo.
 - (E) a gestão de conflitos eficaz envolve identificar, analisar e tratar as causas dos conflitos, utilizando técnicas como mediação, negociação e comunicação assertiva.
-
42. A respeito do recrutamento e da seleção de pessoas na administração pública, é correto afirmar que
- (A) a seleção de servidores públicos deve priorizar exclusivamente critérios subjetivos, como afinidade pessoal com a chefia, para garantir melhor desempenho.
 - (B) o recrutamento na administração pública não pode utilizar técnicas modernas de avaliação, como entrevistas estruturadas ou testes de competências.
 - (C) seu processo deve observar princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo isonomia entre os candidatos.
 - (D) o concurso público é a única forma de ingresso para cargos públicos efetivos, sendo vedada qualquer outra forma de provimento no serviço público.
 - (E) podem ser realizados livremente pela administração, dispensando a observância do princípio da impessoalidade, desde que atendam ao interesse institucional.
-
43. No contexto da administração pública contemporânea, a integração entre gestão por competências e gestão do conhecimento tem sido apontada como estratégica para o desempenho organizacional. Considerando a consolidação de tais conceitos, a
- (A) gestão por competências substitui integralmente a gestão do conhecimento, pois ambas tratam do mesmo objeto com terminologias distintas.
 - (B) gestão do conhecimento é incompatível com a administração pública, devido à obrigatoriedade de sigilo em todos os processos organizacionais.
 - (C) gestão por competências concentra-se exclusivamente na certificação formal de conhecimentos técnicos, sendo independente da experiência prática e das atitudes dos servidores.
 - (D) gestão do conhecimento visa apenas à retenção de documentos e informações explícitas, não contemplando conhecimentos tácitos ou a interação entre indivíduos.
 - (E) integração entre gestão por competências e gestão do conhecimento permite alinhar capacidades individuais e organizacionais, favorecendo a aprendizagem organizacional e a inovação.
-
44. No âmbito da gestão de pessoas na administração pública, considerando-se os modelos para abordagens mais estratégicas e integradas, e levando-se em conta diversos fatores condicionantes, como ambiente organizacional, cultura, tecnologia e legislação, entende-se que:
- (A) A gestão de pessoas na administração pública não admite inovação, pois deve seguir estritamente os modelos tradicionais baseados na burocracia.
 - (B) A adoção de modelos de gestão de pessoas no setor público elimina a necessidade de políticas formais, substituindo-as por práticas informais e flexíveis.
 - (C) Os modelos de gestão de pessoas são universais e independem do contexto organizacional, sendo aplicáveis de forma padronizada em qualquer instituição pública.
 - (D) A gestão de pessoas no setor público é condicionada exclusivamente por fatores legais, não sendo influenciada por aspectos culturais, tecnológicos ou organizacionais.
 - (E) Os modelos modernos de gestão de pessoas enfatizam a integração entre estratégia organizacional e gestão de pessoas, sendo influenciados por fatores internos e externos que moldam suas práticas.
-
45. No contexto da gestão de pessoas na administração pública, os indicadores de desempenho são instrumentos essenciais para mensuração e tomada de decisão, alinhados a modelos de governança e avaliação de resultados. Assim sendo, os indicadores de desempenho
- (A) na gestão de pessoas devem ser mensuráveis, relevantes, alinhados aos objetivos institucionais e capazes de subsidiar a tomada de decisão.
 - (B) devem ser fixos e imutáveis, independentemente de mudanças no ambiente organizacional ou nas estratégias institucionais.
 - (C) devem ser exclusivamente financeiros, pois apenas resultados econômicos refletem a eficiência da gestão de pessoas.
 - (D) são irrelevantes na gestão pública, pois a estabilidade dos servidores garante automaticamente a qualidade dos serviços prestados.
 - (E) devem ser definidos de forma isolada, sem alinhamento com os objetivos estratégicos da organização.



46. O planejamento de recursos humanos do setor público, considerando sua integração ao planejamento estratégico e às práticas de gestão por competências,
- (A) não é necessário no setor público, pois o ingresso e a movimentação de servidores são totalmente definidos por normas legais rígidas.
 - (B) limita-se ao controle de vagas disponíveis, não contemplando aspectos qualitativos como competências e desenvolvimento de pessoal.
 - (C) deve ser realizado de forma isolada do planejamento estratégico institucional, uma vez que suas demandas são exclusivamente operacionais.
 - (D) envolve a previsão de necessidades de pessoal, análise de competências existentes e definição de estratégias para suprir lacunas, alinhado aos objetivos organizacionais.
 - (E) tem como principal objetivo a redução de custos com pessoal, independentemente da qualidade dos serviços prestados.
-
47. A gestão de clima e cultura organizacional é essencial para o desempenho institucional e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Nesse contexto,
- (A) cultura e clima organizacional são sinônimos, sendo termos intercambiáveis que representam exatamente o mesmo fenômeno organizacional.
 - (B) a gestão de clima e cultura organizacional não possui relevância no setor público, pois os serviços são regidos exclusivamente por normas legais e processos formais.
 - (C) a gestão de clima organizacional envolve ações estruturadas para medir, analisar e melhorar a percepção dos servidores sobre o ambiente de trabalho, influenciando diretamente o engajamento e a produtividade.
 - (D) o clima organizacional é determinado exclusivamente por fatores externos à organização, não sendo influenciado pela gestão interna ou pelas lideranças.
 - (E) a cultura organizacional é um elemento estático, imutável ao longo do tempo, sendo independente das práticas de gestão adotadas pela organização.
-
48. No contexto da gestão de pessoas na administração pública, a análise e descrição de cargos são instrumentos fundamentais para a organização do trabalho, especialmente quando alinhados a modelos como a Gestão por Competências. Considerando suas características e finalidades, a
- (A) descrição de cargos tem como objetivo definir, de forma detalhada, as atribuições, responsabilidades, requisitos e condições de trabalho de cada cargo.
 - (B) descrição de cargos deve ser constantemente alterada de forma aleatória, independentemente de mudanças organizacionais ou estratégicas.
 - (C) descrição de cargos deve ser ampla e genérica, evitando detalhamento de atribuições para garantir maior flexibilidade na atuação do servidor.
 - (D) análise de cargos concentra-se apenas na identificação do ocupante ideal, desconsiderando as atividades, responsabilidades e requisitos do cargo.
 - (E) análise e a descrição de cargos são instrumentos restritos ao setor privado, não sendo aplicáveis à administração pública devido às exigências legais.
-
49. Considerando as características da educação corporativa, é correto afirmar que
- (A) é incompatível com o setor público, pois as limitações legais impedem a adoção de programas estruturados de capacitação.
 - (B) integra ações de aprendizagem contínua alinhadas à estratégia organizacional, promovendo o desenvolvimento de competências e a melhoria do desempenho institucional.
 - (C) deve se restringir a treinamentos técnicos pontuais, sem necessidade de alinhamento com os objetivos estratégicos da organização.
 - (D) é um processo isolado da gestão de pessoas, não influenciando o desempenho organizacional nem o desenvolvimento de competências.
 - (E) visa exclusivamente à capacitação individual, não tendo relação com o desenvolvimento organizacional ou com a estratégia institucional.
-
50. A Educação à Distância (EaD) tem sido amplamente utilizada como instrumento de desenvolvimento de competências, especialmente quando integrada a políticas de educação corporativa. Considerando aspectos pedagógicos, tecnológicos e estratégicos, a educação à distância
- (A) elimina completamente a necessidade de interação entre tutor e aluno, tornando o processo exclusivamente autodidata.
 - (B) é incompatível com a administração pública, pois não garante controle e avaliação adequados da aprendizagem.
 - (C) é um modelo restrito à transmissão de conteúdo, não sendo adequada para o desenvolvimento de competências ou habilidades práticas.
 - (D) permite maior flexibilidade e alcance, podendo ser utilizada para o desenvolvimento de competências, desde que haja planejamento pedagógico, mediação adequada e recursos tecnológicos apropriados.
 - (E) dispensa qualquer tipo de planejamento instrucional, pois sua principal característica é a autonomia total do aluno.

**Administração Financeira e Orçamentária**

51. No que concerne às receitas públicas e a outros ingressos financeiros, conforme as normas de Direito Financeiro aplicáveis ao tema, tem-se que recursos obtidos a partir de operações de crédito celebradas pelo ente
- (A) constituem receita de capital, cujo ingresso enseja aumento do patrimônio líquido do ente no valor correspondente.
 - (B) constitui receita orçamentária, à qual corresponde uma despesa extraorçamentária, consistente no pagamento de juros e amortizações.
 - (C) constituem receita pública, porém não geram variação patrimonial aumentativa, eis que geram um passivo correspondente.
 - (D) configuram receita extraorçamentária, à qual corresponde uma despesa orçamentária, ensejando redução patrimonial.
 - (E) são classificadas como receitas correntes extraordinárias, e ensejam variação do patrimônio líquido do ente na proporção da correspondente amortização.
-
52. Insere-se entre os conteúdos obrigatórios do Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos disciplinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):
- (A) previsão de variações patrimoniais redutoras do patrimônio líquido no exercício atual e subsequente.
 - (B) medidas de recondução das despesas de caráter continuado aos limites legais e aos parâmetros fixados pelo Tribunal de Contas.
 - (C) margem para incremento das despesas de pessoal nos dois exercícios subsequentes, naquilo que superar os limites fixados pela LRF.
 - (D) avaliação da situação financeira e atuarial do regime de previdência próprio dos servidores do ente.
 - (E) determinação do percentual da receita corrente líquida destinado a investimentos e do percentual comprometido com despesas correntes.
-
53. Considere uma situação hipotética em que, ao final do exercício orçamentário-financeiro, o Estado tenha procedido à inscrição de diversas despesas em restos a pagar, as quais, contudo, não foram liquidadas, mas apenas empenhadas. De acordo com a disciplina do tema,
- (A) referidas despesas caracterizam-se como despesas de caráter continuado, dada a circunstância de empenho, liquidação e pagamento em exercícios sucessivos.
 - (B) não se vislumbra ilegalidade, tratando-se de restos a pagar não processados, eis que não efetuada a etapa de liquidação.
 - (C) verifica-se afronta à sistemática prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para geração de despesa pública, devendo efetuar-se novo empenho no exercício subsequente.
 - (D) afigura-se necessário o cancelamento dos referidos restos a pagar, eis que não cumprida etapa obrigatória do ciclo de geração de despesa pública.
 - (E) trata-se de restos a pagar processados, que devem ser pagos como despesas de exercícios anteriores.
-
54. Suponha que, no curso do exercício orçamentário, o Estado se defronte com decisão proferida por agência reguladora, determinando o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato de parceria público-privada, o que enseja o incremento de 15% do valor da contraprestação pecuniária mensal. Ocorre que o Poder Executivo constatou a ausência de suficiência de dotação orçamentária para fazer frente aos pagamentos correspondentes. Diante de tal cenário, à luz da disciplina de direito financeiro,
- (A) a decisão somente poderá ser cumprida no exercício subsequente, eis que a situação não autoriza a abertura de crédito adicional.
 - (B) a decisão poderá ser cumprida no exercício apenas se constatado excesso de arrecadação que autorize a abertura de crédito especial.
 - (C) é possível o remanejamento de outras dotações orçamentárias, desde que da mesma categoria econômica, dentro da margem estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
 - (D) afigura-se necessária a abertura de crédito extraordinário, por decreto do Chefe do Executivo, sendo necessária a adoção de medida compensatória.
 - (E) caberá a abertura de crédito suplementar, o que demanda autorização legislativa e indicação de fonte, que pode consistir em cancelamento de outras despesas.
-
55. Considere que o Estado, após regular procedimento sancionatório, tenha aplicado multa a uma empresa contratada em função de descumprimento de obrigações contratuais. A empresa, regularmente notificada, não efetuou o pagamento da multa devida, de forma que o Estado procedeu à inscrição do valor correspondente em Dívida Ativa. Considerando a disciplina de direito financeiro sobre o tema, a medida afigura-se
- (A) legítima, eis que é possível a inscrição em Dívida Ativa de créditos tributários e não tributários, o que autoriza o subsequente ajuizamento de execução fiscal.
 - (B) ilegal, salvo se precedida de protesto extrajudicial, após o que admite-se a emissão de certidão de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.
 - (C) legítima, eis que a multa constitui crédito tributário passível de inscrição, protesto e ajuizamento de execução fiscal.
 - (D) ilegal, eis que apenas créditos tributários podem ser inscritos em Dívida Ativa, devendo as multas serem executadas administrativamente.
 - (E) possível, com a subsequente emissão de Certidão de Dívida Ativa (CDA), que autoriza protesto, porém não constitui título executivo extrajudicial.



56. No que concerne ao sistema e processo de orçamentação, tem-se que a classificação funcional da despesa orçamentária distingue-se da classificação programática na medida em que a
- (A) funcional detalha a natureza econômica da despesa, enquanto a programática é meramente contábil e não gerencial.
 - (B) programática é obrigatória apenas para aplicação de receitas públicas em despesas extraorçamentárias.
 - (C) funcional organiza as ações segundo objetivos governamentais, enquanto a programática organiza por órgãos.
 - (D) funcional é voltada à identificação da área de atuação governamental, enquanto a programática evidencia os programas e ações.
 - (E) funcional exige vínculo com indicadores de desempenho, ao contrário da programática.
-
57. A autorização para abertura de créditos suplementares constante da própria Lei Orçamentária Anual (LOA) representa:
- (A) Violação do princípio da anualidade.
 - (B) Exceção expressa ao princípio da exclusividade.
 - (C) Violação do princípio da não afetação.
 - (D) Harmonização entre o princípio do equilíbrio e da unidade.
 - (E) Aplicação do princípio da unidade.
-
58. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 4.320/1964 em relação aos fundos especiais, tem-se que, caso haja saldo positivo apurado em balanço do fundo ao final do exercício, referido saldo
- (A) pertence ao fundo, como receita vinculada, não demandando abertura de novos créditos orçamentários ou adicionais para realização de despesas do fundo.
 - (B) será transferido a crédito do mesmo fundo, salvo determinação em contrário da lei que o instituiu.
 - (C) deverá ser cancelado, salvo se houver inscrição de despesas no mesmo montante como restos a pagar.
 - (D) deverá retornar ao caixa do Tesouro, com desvinculação integral da receita correspondente, que passa a ser de livre aplicação.
 - (E) não poderá ser transferido a crédito do mesmo fundo, sob pena de violação ao princípio da anualidade.
-
59. Suponha que o Estado do Alagoas pretenda implementar um programa de incentivo a empresas do setor sucroalcooleiro, consistente na redução de alíquota de ICMS. Nos estudos de impacto econômico, constatou-se que a medida não foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Diante de tal cenário, do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem-se que
- (A) o programa poderá ser implementado desde que se trate de ação de fomento estabelecida nas metas do Plano Plurianual (PPA) e que o gasto fiscal correspondente seja compatível com a margem de crescimento das despesas de caráter continuado estabelecida em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual (LOA).
 - (B) a ação não configura renúncia de receitas sob a ótica da LRF, não demandando medidas compensatórias, mas tão somente a observância do regramento tributário no que concerne à justificativa do benefício em função do fomento da atividade econômica e outras externalidades positivas.
 - (C) é viável a implementação do programa pretendido, porém com vigência apenas no exercício subsequente, e desde que acompanhado de medidas de aumento de receitas ou redução de despesas, no montante correspondente e pelo mesmo período em que vigorar o programa.
 - (D) o programa aventado caracteriza renúncia fiscal não autorizada na LDO, sendo expressamente vedada e sujeitando o gestor público à condenação por crime de responsabilidade fiscal, salvo alteração da LDO.
 - (E) a implementação do programa somente será possível após a adoção de medida de compensação, consistente em aumento de receitas proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, para o exercício de vigência e os dois subsequentes.
-
60. Um dos institutos introduzidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) consiste na denominada Reserva de Contingência, que apresenta objetivo de
- (A) evitar a limitação de empenho caso haja frustração de receitas que impacte as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - (B) segregar receitas arrecadadas acima do montante estimado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), destinando-as a despesas de capital.
 - (C) fazer frente às despesas decorrentes da materialização de passivos contingentes e riscos fiscais previstos em anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - (D) equilibrar eventuais déficits no regime próprio de previdência de pessoal do ente, não podendo ser utilizada para outras finalidades.
 - (E) suportar a abertura de créditos extraordinários em situações de urgência ou calamidade pública, podendo o excedente ser utilizado em despesas correntes.